

CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO - MARANHÃO - CAU/MA

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA
São Luís - MA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA ("Entidade" ou "Conselho") que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 10 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MA

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - MA

CAU - MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	106.160,66	749.631,61	PASSIVO CIRCULANTE	76.229,52	54.015,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.913,83	146.388,50	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	11.245,30
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	79.602,05	600.702,10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.644,78	2.541,01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	19.419,08	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	95,41	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	167,16	167,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	35.401,72	26.929,06
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	259.234,75	163.542,15	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.146,15	15.674,29
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	259.234,75	163.542,15	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	186.737,15	186.737,15	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	180.000,00	60.000,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	107.502,40	83.195,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	76.229,52	54.015,81

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	289.165,89	859.157,95
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	289.165,89	859.157,95
TOTAL	365.395,41	913.173,76	TOTAL	365.395,41	913.173,76
ATIVO FINANCEIRO	23.913,83	146.388,50	PASSIVO FINANCEIRO	80.409,59	72.936,09
ATIVO PERMANENTE	341.481,58	766.785,26	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				284.985,82	840.237,67

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit Financeiro	-56.495,76	73.452,41

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.049.997,42	969.844,86	Despesa Orçamentária	1.171.369,16	942.318,87
RECEITA REALIZADA	1.049.997,42	969.844,86	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	4.180,07	18.920,28
RECEITA CORRENTE	1.049.997,42	969.844,86	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	19.419,08	11.245,30
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	350.918,50	329.184,99	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.147.770,01	912.153,29
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	350.918,50	329.184,99	DESPEZA CORRENTE	1.027.770,01	912.153,29
ANUIDADES	350.918,50	329.184,99	PESSOAL	566.873,37	587.298,69
RECEITA DE SERVIÇOS	345.213,94	303.345,65	MATERIAL DE CONSUMO	3.746,47	2.160,97
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	6.124,42	1.805,48	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	69.410,40	42.222,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	339.089,52	301.540,17	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	273.039,06	189.354,58
FINANCEIRAS	44.850,01	44.085,17	ENCARGOS DIVERSOS	22.143,71	15.887,05
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	15.533,90	12.971,23	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	92.557,00	75.230,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.316,11	31.113,94	DESPEZA DE CAPITAL	120.000,00	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	16.659,42	16.979,63	INVESTIMENTOS	120.000,00	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.656,69	14.134,31			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	308.799,57	293.229,05			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	215,40				
MULTAS DE INFRAÇÕES	215,40				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Recebimentos Extraorçamentários	192.655,45	129.964,08	Pagamentos Extraorçamentários	193.758,38	169.235,40
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.180,07	18.920,28	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	18.920,28	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	19.419,08	11.245,30	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	11.245,30	76.676,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	100.814,22	96.639,63	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95.342,36	89.566,97
Outros Recebimentos Extraorçamentários	68.242,08	3.158,87	Outros Pagamentos Extraorçamentários	68.250,44	2.991,71
Saldo em espécie do Exercício Anterior	146.388,50	158.133,83	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	23.913,83	146.388,50
Caixa e Equivalente de Caixa	146.388,50	158.133,83	Caixa e Equivalente de Caixa	23.913,83	146.388,50
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	1.389.041,37	1.257.942,77		1.389.041,37	1.257.942,77

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.104.774,78	1.118.697,74	1.049.997,42	-68.700,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	397.123,00	450.529,88	350.918,50	-99.611,38
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	397.123,00	450.529,88	350.918,50	-99.611,38
ANUIDADES	397.123,00	450.529,88	350.918,50	-99.611,38
RECEITA DE SERVIÇOS	373.543,00	314.124,51	345.213,94	31.089,43
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	6.124,42	6.124,42
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	373.543,00	314.124,51	339.089,52	24.965,01
FINANCEIRAS	23.120,78	43.055,13	44.850,01	1.794,88
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	10.404,35	15.112,87	15.533,90	421,03
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	12.716,43	27.942,26	29.316,11	1.373,85
MULTAS SOBRE ANUIDADES	12.716,43	16.891,47	16.659,42	-232,05
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	11.050,79	12.656,69	1.605,90
TRANSFERENCIAS CORRENTES	310.988,00	310.988,22	308.799,57	-2.188,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	215,40	215,40
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	215,40	215,40
RECEITA DE CAPITAL	0,00	130.452,00	0,00	-130.452,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	72.604,00	0,00	-72.604,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	72.604,00	0,00	-72.604,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	57.848,00	0,00	-57.848,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			0,00	57.848,00	0,00	-57.848,00	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.104.774,78	1.249.149,74	1.049.997,42	-199.152,32	
DÉFICIT			0,00	0,00	121.371,74	121.371,74	
TOTAL			1.104.774,78	1.249.149,74	1.171.369,16	-77.780,58	
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE		1.084.530,78	1.108.905,74	1.051.369,16	1.047.189,09	1.027.770,01	57.536,58
PESSOAL		586.725,78	596.798,17	578.820,20	578.820,20	566.873,37	17.977,97
PESSOAL E ENCARGOS		546.549,78	559.498,17	547.878,20	547.878,20	535.931,37	11.619,97
DIÁRIAS		40.176,00	37.300,00	30.942,00	30.942,00	30.942,00	6.358,00
MATERIAL DE CONSUMO		12.500,00	6.689,09	5.858,97	5.858,97	3.746,47	830,12
MATERIAL DE CONSUMO		12.500,00	6.689,09	5.858,97	5.858,97	3.746,47	830,12
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		40.662,00	73.779,00	69.410,40	69.410,40	69.410,40	4.368,60
DIÁRIAS		40.662,00	73.779,00	69.410,40	69.410,40	69.410,40	4.368,60
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		337.586,00	309.724,55	282.578,88	278.398,81	273.039,06	27.145,67
SERVIÇOS DE CONSULTORIA		84.000,00	90.000,00	89.998,80	89.998,80	89.831,48	1,20
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO		19.500,00	17.588,97	17.267,67	16.067,67	11.067,67	321,30
SERVIÇOS PRESTADOS		186.747,00	157.449,60	136.257,98	133.277,91	133.085,48	21.191,62
PASSAGENS		47.339,00	44.685,98	39.054,43	39.054,43	39.054,43	5.631,55
ENCARGOS DIVERSOS		14.500,00	29.357,49	22.143,71	22.143,71	22.143,71	7.213,78
ENCARGOS DIVERSOS		14.500,00	29.357,49	22.143,71	22.143,71	22.143,71	7.213,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		92.557,00	92.557,44	92.557,00	92.557,00	92.557,00	0,44
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF		92.557,00	92.557,44	92.557,00	92.557,00	92.557,00	0,44
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL		0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	20.244,00	20.244,00	0,00	0,00	0,00	20.244,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.104.774,78	1.249.149,74	1.171.369,16	1.167.189,09	1.147.770,01	77.780,58
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.104.774,78	1.249.149,74	1.171.369,16	1.167.189,09	1.147.770,01	77.780,58

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.297.931,14	1.508.919,00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.372.161,60	939.507,71
CONTRIBUIÇÕES	598.852,22	738.035,92	PESSOAL E ENCARGOS	556.350,86	577.683,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	598.852,22	738.035,92	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	556.350,86	577.683,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	598.852,22	738.035,92	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	556.350,86	577.683,43
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	345.213,94	424.080,26	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	449.981,57	286.594,28
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	345.213,94	424.080,26	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.858,97	2.160,97
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	345.213,94	424.080,26	CONSUMO DE MATERIAL	5.858,97	2.160,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	44.850,01	53.573,77	SERVIÇOS	419.815,20	258.901,63
JUROS E ENCARGOS DE MORA	15.533,90	12.951,51	DIARIAS	100.352,40	32.660,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	15.533,90	12.951,51	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	39.054,43	31.959,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	29.316,11	40.622,26	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	280.408,37	194.281,64
MULTAS SOBRE ANUIDADES	29.316,11	40.622,26	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	24.307,40	25.531,68
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	308.799,57	293.229,05	DEPRECIACAO	24.307,40	25.531,68
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	308.799,57	293.229,05	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	92.557,00	75.230,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	308.799,57	293.229,05	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	92.557,00	75.230,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	215,40	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	92.557,00	75.230,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	215,40	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	273.272,17	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	215,40	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	273.272,17	0,00
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	273.272,17	0,00
Total das Variações Ativas :	1.297.931,14	1.508.919,00	Total das Variações Passivas :	1.372.161,60	939.507,71
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício	74.230,46		Superávit do Exercício		569.411,29
Total	1.372.161,60	1.508.919,00	Total	1.372.161,60	1.508.919,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.049.997,42	969.844,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.918,50	329.184,99
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	350.918,50	329.184,99
ANUIDADES	350.918,50	329.184,99
RECEITA DE SERVIÇOS	345.213,94	303.345,65
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	6.124,42	1.805,48
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	339.089,52	301.540,17
FINANCEIRAS	44.850,01	44.085,17
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	15.533,90	12.971,23
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.316,11	31.113,94
MULTAS SOBRE ANUIDADES	16.659,42	16.979,63
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.656,69	14.134,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	308.799,57	293.229,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	215,40	0,00
MULTAS DE INFRAÇÕES	215,40	0,00
OUTROS INGRESSOS	169.056,30	99.798,50
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.147.770,01	912.153,29
DESPESA CORRENTE	1.027.770,01	912.153,29
PESSOAL	566.873,37	587.298,69
MATERIAL DE CONSUMO	3.746,47	2.160,97
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	69.410,40	42.222,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	273.039,06	189.354,58
ENCARGOS DIVERSOS	22.143,71	15.887,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	92.557,00	75.230,00
OUTROS DESEMBOLSOS	193.758,38	169.235,40
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-2.474,67	-11.745,33
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	120.000,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-120.000,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-122.474,67	-11.745,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	146.388,50	158.133,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	23.913,83	146.388,50

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/MA é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/MA. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua dos Abacateiros, nº 01, Loja 03, Térreo, Jardim São Francisco, CEP 65.076-010, São Luís/MA.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4) e estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1. Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MA procedeu a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores do exercício corrente, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MA, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.
- d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Créditos de Anuidades	848.635,82	600.702,10
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(769.033,77)	-

Do montante de R\$769.033,77 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$273.272,17, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$495.761,60 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como "Ajustes de Exercício Anteriores" reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MA segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.4. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.5. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.8. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.9. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.10. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial Efetivo - Justificativa ao Déficit Patrimonial:

O Déficit Patrimonial apurado pelo CAU/MA nas Demonstrações das Variações Patrimoniais no exercício, constatou-se do seguinte elemento:

a) Provisão de Perdas para Devedores Duvidosos - Anuidades de PF e PJ do exercício de 2017, cujo montante totalizou o valor de R\$273.272,17, correspondente a 90,62% do saldo a receber de Anuidades de PF e PJ do exercício de 2017, calculado pela média ponderada dos exercícios de 2014 a 2016.

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisão de Perdas para Devedores Duvidosos detalhadas na nota explicativa 3.2.1, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, excluído dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

RESULTADO PATRIMONIAL 2017	
Superávit ou Déficit Patrimonial demonstrado	(74.230,46)
+ Montante das VPD ref. Provisões p/Devedores Duvidosos de Exercícios Anteriores	(495.761,60)
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2017	
Superávit ou Déficit Patrimonial	(569.992,06)

3.11. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações Contábeis podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	-	-
Banco conta Movimento	13.312,40	64.123,70
Aplicações Financeiras	10.601,43	82.264,80
	<u>23.913,83</u>	<u>146.388,50</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2017	2016
Créditos de Anuidades do Exercício	301.558,35	230.241,79
Créditos de Anuid. De Ex. Anteriores	547.077,47	370.460,31
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	(769.033,77)	-
	<u>79.602,05</u>	<u>600.702,10</u>

A Entidade registrou a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada com base na média ponderada dos exercícios de 2014 a 2016, conforme Nota Explicativa nº 3.2.1.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO - MARANHÃO - CAU/MA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Móveis e Utensílios	58.415,85	(25.059,19)	33.356,66	38.614,58
Máquinas e Equipamentos	11.323,00	(9.884,53)	1.438,47	3.346,03
Utensílios de Copa e Cozinha	749,00	(640,54)	108,46	164,66
Veículos	76.000,00	(34.200,00)	41.800,00	50.350,00
Equip. de Proc. De Dados	40.249,30	(28.502,14)	11.747,16	17.978,88
Salas	180.000,00	(9.216,00)	170.784,00	53.088,00
	<u>366.737,15</u>	<u>(107.502,40)</u>	<u>259.234,75</u>	<u>163.542,15</u>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota nº 3.3.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Móveis e Utensílios	58.415,85	-	-	(25.059,19)	33.356,66
Máquinas e Equipamentos	11.323,00	-	-	(9.884,53)	1.438,47
Utensílios de Copa e Cozinha	749,00	-	-	(640,54)	108,46
Veículos	76.000,00	-	-	(34.200,00)	41.800,00
Equipamento de Processamento de Dados	40.249,30	-	-	(28.502,14)	11.747,16
Salas	60.000,00	120.000,00	-	(9.216,00)	170.784,00
	<u>246.737,15</u>	<u>120.000,00</u>	<u>-</u>	<u>(107.502,40)</u>	<u>259.234,75</u>

8. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Prestadores de Serviços	7.472,25	-
Estado do Maranhão	167,16	167,16
	<u>7.639,41</u>	<u>167,16</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Provisões a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo

	2017	2016
Encargos Sociais (INSS, FGTS, PIS s/ Folha)	11.946,83	11.245,30
Provisões Trabalhistas (Férias, 13º salário e Encargos)	35.401,72	26.929,06
IRRF s/ Folha a Recolher	13.003,60	10.468,84
COSIRF a Recolher (PIS/COFINS/CSLL/IR)	95,41	-
ISS a Recolher	1.008,38	-
Contribuição Sindical a Recolher	1.478,68	1.478,68
INSS Consignações (Parte Empregados)	5.655,49	3.726,77
	<u>68.590,11</u>	<u>53.848,65</u>

10. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MA, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria.

11. Despesas por natureza:

Classificação por Natureza	2017	2016
Depreciação e Amortização	24.307,40	25.531,68
Despesas com Pessoal	547.878,20	587.105,99
Material de Consumo	5.858,97	2.160,97
Diárias e Passagens Aéreas	139.406,83	43.619,99
Despesas com Contratação de Terceiros (PF e PJ)	243.524,45	218.314,87
Impostos, Taxas e Contribuições	22.143,71	15.887,05
Transferências Correntes	92.557,00	75.230,00
Despesas de Capital (Imobilizado)	120.000,00	-
	<u>1.195.676,56</u>	<u>967.850,55</u>

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO - MARANHÃO - CAU/MA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Resultados Orçamentário, Patrimonial e Financeiro:

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.297.931,14	1.508.919,00
(-)Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.372.161,60)	(939.507,71)
(=) Superávit ou Déficit Patrimonial Apurado	<u>(74.230,46)</u>	<u>569.411,29</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.049.997,42	969.844,86
(-) Despesas Empenhadas	(1.171.369,16)	(942.318,87)
(=) Superávit ou Déficit Orçamentário Apurado	<u>(121.371,74)</u>	<u>27.525,99</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo Disponível Apurado	23.913,83	146.388,50
(-) Passivo Financeiro	(80.409,59)	(72.936,09)
(=) Superávit ou Déficit Financeiro Apurado	<u>(56.495,76)</u>	<u>73.452,41</u>

13. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

14. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

São Luís/MA, 10 de abril de 2018.